

FOLHA DE REDAÇÃO

NOME DO ALUNO: Nº:

PROFESSOR: TURMA: TURNO: DATA:

1	A Constituição Federal de 1988 promete igualdade para todos os brasileiros. No entanto, a
2	persistência da desigualdade social mostra que essa promessa ainda não se concretizou na prática.
3	Isso ocorre porque o respeito aos direitos humanos não pode depender do "bom senso" ou da bondade
4	individual, mas sim de leis rígidas que obriguem a justiça. Nesse contexto, é preciso analisar como a
5	falha da moral individual e a necessidade de proteção legal são fundamentais para combater as
6	disparidades no país.
7	Em primeiro lugar, é um erro acreditar que a empatia das pessoas, sozinha, resolveria a
8	desigualdade. Historicamente, grupos em situação de privilégio raramente abrem mão de suas
9	vantagens por vontade própria. Segundo o conceito de "Contrato Social" de Thomas Hobbes, o ser
10	humano precisa de leis e de um Estado forte para organizar a convivência, pois, sem regras,
11	prevalece a vontade do mais forte. Dessa forma, esperar que a sociedade se torne justa apenas pela
12	consciência de cada um é utópico; a lei existe justamente para garantir o direito de quem a maioria,
13	muitas vezes, escolhe ignorar.
14	Além disso, as leis protetivas funcionam como um escudo necessário para grupos
15	vulneráveis. Quando existe uma legislação específica, como a Lei Maria da Penha ou as cotas, o
16	direito deixa de ser um "favor" e passa a ser uma obrigação. Nesse sentido, a eficácia dessas
17	garantias legais reside no fato de que elas não dependem de alguém ser "bom" ou "ruim", mas sim do
18	cumprimento da norma técnica. Logo, fortalecer o sistema jurídico é o único caminho seguro para
19	garantir que a desigualdade seja combatida de forma objetiva, punindo quem desrespeita o próximo e
20	protegendo quem mais precisa.
21	Portanto, para combater a desigualdade, o foco deve estar no fortalecimento das instituições.
22	O Governo Federal deve investir mais verbas na fiscalização das leis já existentes e no apoio às
23	Defensorias Públicas. Essa ação deve ser feita por meio de concursos para mais defensores e da
24	criação de canais de denúncia mais acessíveis em áreas pobres. O objetivo é garantir que a justiça
25	alcance a todos, independentemente da vontade alheia. Assim, a igualdade deixará de ser apenas um
26	texto na Constituição e se tornará uma realidade garantida pelo Estado.
27	
28	
29	
30	